

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Eventual aquisição de 84.000 KG (oitenta e quatro mil quilos) de ácido tricloroisocianúrico.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A aquisição do Ácido Tricloroisocianúrico, tem por finalidade desinfecção de possíveis micro-organismos e bactérias da água dos poços injetados na rede da capital e interior do Estado. O referido produto é essencial para o tratamento e limpeza da água a ser fornecida aos consumidores da cidade, e não deverá conter substâncias em quantidades capazes de produzir efeitos deletérios ou maléficos à saúde dos consumidores de água tratada e/ou substâncias que tornem a água imprópria para o consumo humano, isto é, fora dos padrões de potabilidade prescritos pela portaria de consolidação nº 5 de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde.

3. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DAS ME/EPP

3.1. Indica-se a não aplicação de tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, por não haver no mínimo 3 (três) fornecedores enquadradas como ME/EPP sediadas local ou regionalmente capazes de fornecer o objeto, nos termos do art. 102, inciso I do RILC - CAER, conforme Relatório de Atividade de Cotação de Preços.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

ITEM	CARACTERÍSTICAS FÍSICO – QUÍMICAS	UND	QTD
1	CLORO DISPONÍVEL: 90% ESTADO FÍSICO: SÓLIDO FORMA: PASTILHA (TABLETE) PESO: 200 A 230 g ODOR: CARACTERÍSTICO DO CLORO COR: BRANCA DENSIDADE: 1,16 a 1,9 g/cm ³ SOLUBILIDADE: 12 g/l em água pH 1%: 2,7 a 3,0 EMBALAGEM: BALDES PLÁSTICOS OU BOMBONAS DE ATÉ 50 Kg.	KG	84.000

4.1. Devido a logística do depósito de armazenamento de produtos químicos da empresa, que dispõe de pouco espaço físico, solicitamos que as embalagens do produto sejam no máximo



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

de até 50 kg.

4.2. Os dosadores do Ácido Tricloroisocianúrico serão fornecidos em regime de comodato para atender Capital e os Municípios e deverão atender as quantidades e especificações abaixo:

DOSADORES DE CLORO VERTICAL PARA ÁCIDO TRICLOROISOCIANÚRICO		
ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD
01	CLORADOR PRESSURIZADO EM PVC FABRICADO EM PVC CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: MINIMO 4,0 Kg E MÁXIMA 6Kg DE TABLETES DE 200g ALTURA DO CLORADOR: 680 mm DIÂMETRO DA TAMPA: 200 mm DIÂMETRO DA BASE: 200 mm DIÂMETRO INTERNO DA CÂMARA: 100 mm PRESSÃO MÁX. DE OPERAÇÃO: 8 Kg/cm ² CONEXÕES: ROSCA DE ENTRADA E SAÍDA DE ÁGUA ¾ DE POLEGADA, ROSCA DE PURGA ¾ POLEGADA SISTEMA DE VEDAÇÃO POR ANEL ORING DE BORRACHA E TIRANTES SISTEMA DE FECHAMENTO DE TAMPA: PORCAS TIPO BORBOLETA AÇO INOX, PARAFUSO TIRANTES DE AÇO INOX COM REPOSIÇÃO EM CASO DE NECESSIDADE DIÂMETRO DE ABERTURA PARA PASTILHAS: 82 mm CAPACIDADE DE PREPARO DE SOLUÇÃO COM CONCENTRAÇÃO DE 0,3 A 2% DE Cl ₂ RESIDUAL DE CLORO LIVRE: 0,3 a 2 ppm	370
02	CLORADOR PRESSURIZADO EM PVC FABRICADO EM PVC CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 6,0 Kg DE TABLETES DE 200g ALTURA DO CLORADOR: 950 mm DIÂMETRO DA TAMPA: 205 mm DIÂMETRO DA BASE: 200 mm DIÂMETRO INTERNO DA CÂMARA: 100 mm PRESSÃO MÁX. DE OPERAÇÃO: 8 Kg/cm ² CONEXÕES: ROSCA DE ENTRADA E SAÍDA DE ÁGUA ¾ DE POLEGADA, ROSCA DE PURGA ¾ POLEGADA SISTEMA DE VEDAÇÃO POR ANEL ORING DE BORRACHA E TIRANTES SISTEMA DE FECHAMENTO DE TAMPA: PORCAS TIPO BORBOLETA AÇO INOX, PARAFUSO TIRANTES DE AÇO INOX COM REPOSIÇÃO EM CASO DE NECESSIDADE DIÂMETRO DE ABERTURA PARA PASTILHAS: 82 mm CAPACIDADE DE PREPARO DE SOLUÇÃO COM CONCENTRAÇÃO DE 0,3 A 2% DE Cl ₂ RESIDUAL DE CLORO LIVRE: 0,3 a 2 ppm	60
03	CLORADOR PRESSURIZADO EM PVC FABRICADO EM PVC CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 75 Kg DE TABLETES DE 200 g, MEDINDO 75 mm x 25 mm. ALTURA DO CLORADOR: 1,20 m DIÂMETRO DE BASE: 300 mm DIÂMETRO DA TAMPA: 350 mm DIÂMETRO DE ABERTURA PARA PASTILHAS: 300 mm SISTEMA DE VEDAÇÃO: ROSCA QUADRADA E ORING DE BORRACHA PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO: 10/kgf/cm ² A 20 °C CAPACIDADE DE PREPARO DE SOLUÇÃO COM CONCENTRAÇÃO DE 0,3 A	20



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

	2% DE Cl ₂ CONEXÕES: ROSCA DE ENTRADA E SAÍDA DE ÁGUA 32 mm RESIDUAL DE CLORO LIVRE: 0,3 a 2 ppm	
04	BICO INJETOR EM PP PARA REDE DE 60 e 100 mm	430
05	VÁLVULAS DE RETENÇÃO DE 3/4”, ESFERA SEM MOLA (PP OU AÇO INOX 304), ALTA RESISTÊNCIA AO ATAQUE DE CLORO	450
06	VÁLVULA DE AJUSTE FINO EM PP, COM AJUSTE TIPO “AGULHA”, E BITOLA DE ¾ POLEGADA	450

4.2.1. Cada dosador deverá vir numerado;

4.2.2. O produto deverá ter prazo mínimo de 12 (doze) meses de validade pelo fabricante.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.1.1. Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa de direito público ou privado, atestando que o licitante já forneceu o produto objeto da licitação.

5.1.2. Declaração atestando que a empresa entregará na assinatura do contrato, o Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS), acompanhado de seus anexos, em conformidade com os critérios estabelecidos pela NBR 15784/2014, a Comprovação de Baixo Risco a Saúde – CBRS, pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, nos moldes da NBR 15784/2014.

5.2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

5.2.1. A contratada deve possuir FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS (FISPQ), nos moldes da NBR 14725-4;

5.2.2. A proposta comercial deverá ser apresentada acompanhada de CATÁLOGO dos produtos, contendo todas as especificações técnicas.

5.3. TRANSIÇÃO CONTRATUAL:

5.3.1. Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.4. VIGÊNCIA CONTRATUAL:

5.4.1. Por se tratar de aquisição eventual, onde os produtos serão solicitados conforme a demanda desta Companhia, a duração inicial do contrato deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, não sendo vantajoso para esta Companhia a celebração de contrato com duração superior.

5.5. SOLUÇÕES DE MERCADO:

Dicloro
Ácido Tricloroisocianúrico

5.5.1. Por se tratar do material mais utilizado para o tratamento de água, bem como pela eficiência no tratamento, bom custo-benefício e possui manuseio simples e prático, esta Gerência entende que o Ácido Tricloroisocianúrico é o produto que melhor atende as necessidades desta Companhia.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

6.1.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

6.2. PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO:

6.2.1. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

6.3. RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:

6.3.1. O recebimento provisório dos produtos se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, dentro do prazo estabelecido no item 11. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes no instrumento contratual e na proposta vencedora;

6.3.2. O recebimento definitivo dos produtos será finalizado em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório mencionado no subitem anterior, após a avaliação de conformidade dos mesmos com o instrumento contratual e proposta vencedora;

6.3.3. Não serão aceitos na entrega dos produtos que eles sejam de marcas diferentes daquelas constantes na proposta vencedora. Caso os produtos sejam entregues em desacordo com o estabelecido, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

substituí-los no prazo 15 (quinze) dias, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante;

6.3.4. Caso o prazo definido no subitem anterior não seja observado, os produtos não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas neste Termo de Referência.

6.4. PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS:

6.4.1. A contratada tem o dever de manter todas as condições contratuais estabelecidas na assinatura do contrato, durante todo o período de execução contratual;

6.4.2. Para verificação, ao encaminhar as notas fiscais ou faturas, a contratada deverá entregar, para conferência do fiscal do processo, os mesmos documentos entregues no momento da qualificação e habilitação;

6.4.3. Após análise, o fiscal do contrato atestará se há o cumprimento integral de todas as exigências contratuais;

6.4.3.1. Caso seja constatada alguma irregularidade, o fiscal do contrato deverá notificar a contratada para que providencie a imediata regularização ou substituição do documento, nos termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, ambos desta Companhia.

6.5. SANÇÕES:

6.5.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

6.5.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

6.5.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

6.5.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

6.5.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

6.5.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

6.5.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

6.5.8. Ocorrendo infração contratual apenada apenas coma sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

6.5.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

6.5.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

6.5.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

6.5.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

6.5.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.5.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

6.5.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

6.5.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

6.5.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6.5.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

6.5.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

6.5.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

6.6. JUSTIFICATIVA DA GLOSA:

6.6.1. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o contratado:

I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

II – deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

III – deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à CAER ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à CAER.

6.7. EXTINÇÃO DO CONTRATO:

6.7.1. As formas extintivas do contrato - com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC/CAER.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

7.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

7.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do produto;

7.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

para pagamento.

8. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Como forma de seleção do fornecedor, sugerimos a adoção do **RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos do art. 89, §1º do RILC/CAER, por se tratar de produtos comuns e que serão solicitados conforme a demanda desta Companhia.

9. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A proposta será julgada com base no MENOR VALOR POR ITEM ÚNICO.

10. DO VALOR ESTIMADO

10.1. O valor estimado para esta aquisição será sigiloso, conforme art. 59 c/c art. 89, §2º, ambos do RILC/CAER.

11. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

11.1. Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, sito à Rua Melvin Jones, nº 219, Bairro São Pedro, nesta cidade de Boa Vista/RR, CEP: 69.306-610;

11.2. Os produtos deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

12. DA GARANTIA DO PRODUTO

12.1. O produto deverá vir acompanhado do certificado de garantia pelo fabricante ter validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega do mesmo;

12.2. Caso o produto ou os equipamentos apresentarem defeitos, a empresa contratada deverá substituí-lo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da notificação, sem quaisquer ônus a contratante.

13. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas correrão por conta dos recursos próprios da CAER, pela unidade orçamentária, programa orçamentário, elemento de despesa e fonte: 43010.17122010.001.048/2074/001 devidamente atestados.

14. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenadoria de Termos de Referência e Projetos Básicos – CTRPB com base no Estudo Técnico Preliminar e documento de formalização da demanda, ambos elaborados pela Gerência de Sistema de Produção - GSP,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando de acordo as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e no caso de concordância, ser aprovado pela Diretoria de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Água – DTA, para ser integrado ao processo administrativo. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem serão resolvidos pela Gerência do Sistema de Produção - GSP.

Boa Vista – RR, 08 de outubro de 2024.

ELABORADO POR:

ANANDA LETÍCYA PINHO LIMA LOPES
Coordenadora de Termos de Referência e Projetos Básicos - CTRPB

MARCELLO BRASIL TEIXEIRA
Gerente do Sistema de Produção - GSP

APROVO NOS TERMOS DO RILC/CAER:

ANABEL MOTA E SILVA
Diretora de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Água - DTA